

AS CONTRIBUIÇÕES SOCIOLOGICAS DE HENRI LEFEBVRE PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS: NOVA SUÍÇA E SANTOS DUMONT¹

YASMIM ASSUNÇÃO DE AQUINO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES
CLAROS – UNIMONTES. YASMIMASSAQUINO@HOTMAIL.COM²

LUCAS TIBO SARAIVA. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS –
UNIMONTES. LUCAS_TIBO@HOTMAIL.COM³

ROMÁRIA RODRIGUES ROCHA. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES
CLAROS – UNIMONTES. ROMARIARODRIGUESCS@GMAIL.COM⁴

ANTÔNIO DIMAS CARDOSO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES
CLAROS – UNIMONTES. DIMASCARDOSO@UOL.COM.BR⁵

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a dinâmica socioespacial dos conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Drummond, localizados na cidade de Montes Claros-MG, pautados na perspectivas sociológicas de Henri Lefebvre (1901-1991). Num primeiro momento buscou-se relatar a vida e obra do autor, relacionando com sua perspectiva teórica. Num segundo momento recorreremos ao livro “O direito à cidade” para extrairmos as contribuições lefebvrianas no que se refere a questão urbana, as quais nos ajudarão a compreender a conjuntura da política habitacional moderna.

Palavras – Chave: Conjuntos Habitacionais; Política Habitacional; Dinâmicas socioespaciais.

INTRODUÇÃO

Henri Lefebvre nasceu em Hagetmau na região camponesa dos Pirineus – 1901, morreu na França – 1991; foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. Realizou estudos referentes ao espaço urbano, escrevendo obras importantes como “O direito à cidade”, em 1969, e “A revolução urbana”, em 1970, nas quais analisa a influência do sistema econômico capitalista no espaço urbano, com base na necessidade do poder industrial de "modelar" a cidade de acordo com os seus interesses, mas sem excluir a influência de outros agentes sociais (SOTO, 2013, p.23)

A obra de Henri Lefebvre é bastante extensa (escreveu mais de 70 livros), abrangendo análises do marxismo no século XX à luz dos textos do próprio Marx, e mantendo intenso debate com grandes filósofos da época, como Sartre. Seus debates

¹ Iniciação Científica

² Graduanda em Ciências Sociais. Estudante vinculada à modalidade ICV

³ Graduando em Ciências Sociais. Bolsista na modalidade PIBIC/FAPEMIG

⁴ Graduanda em Ciências Sociais. Estudante vinculada à modalidade ICV

⁵ Professor do PPGDS e do Departamento de Política e Ciências Sociais

sobre o marxismo o levaram a separar os textos de Marx dos textos produzidos sobre Marx. Segundo Lefebvre, muitos marxistas mataram a dialética, travando o movimento histórico pela consolidação do Estado e pelo pessimismo. Um importante estudo que demonstra bem a amplitude e densidade da obra deste filósofo é o livro organizado por José de Souza Martins: “Henri Lefebvre e o retorno à dialética” (IBIDEM, p.26).

Os estudos lefebvrianos contribuíram também para o desenvolvimento da sociologia e da geografia. Na sociologia, destaca-se a produção do método progressivo-regressivo, utilizado por Sartre em *Crítica da Razão Dialética*. Sua contribuição para a geografia foi mais profunda, pois toda a teoria atual desta disciplina se deve à tese de que o espaço é social, ou seja, é socialmente produzido. Sua tríade teórica: vivido - percebido - concebido, possibilitou os estudos de David Harvey e Milton Santos, grandes nomes da geografia contemporânea. Apesar da importância dessa tríade ela não será o foco deste artigo.

Henri Lefebvre, marxista contemporâneo de envergadura clássica, tem suas obras traduzidas em várias línguas e uma preocupação em particular – o que há de novo na sociedade contemporânea cem anos após Marx? (MARTINS, 2011) Lefebvre toma essa questão como uma crítica à vida cotidiana, devido ao fato de que a sociedade perdeu o impulso transformador que ela possuía séculos atrás e se transformou em uma sociedade repetitiva que está posta, e ainda há uma preocupação com relação à grande mediação da reprodução e da permanência do espaço, o espaço historicizado, vinculado à história.

O espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social, diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais. Conferindo a possibilidade de antever os movimentos de opressão ou de emancipação do homem por meio da dialética espacial. A cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade, são, portanto, espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens.

A fundamentação teórica de Lefebvre tem como objetivo principal desvendar essa realidade atual, para tanto o parâmetro é a vida cotidiana na sociedade

moderna. Nesta acepção o autor relata que o espaço contém e está contido nas relações sociais, logo o real é historicamente construído tendo como representação mental o urbano e a cidade como expressão material desta representação.

ENSINAMENTOS SOCIOLÓGICOS DE HENRI LEFEBVRE

Para desenvolvermos as contribuições sociológicas de Henri Lefebvre, vamos acompanhar de perto a sua obra “O Direito à Cidade”, onde ele realiza um profundo estudo sobre a cidade moderna. Um primeiro ensinamento que podemos elencar é a ideia de espaço socialmente produzido. Ora, essa afirmação pode parecer banal para estudantes e pesquisadores que já estão envolvidos na área das Ciências Sociais e áreas afins, porém, ela se faz importante na medida que existem correntes teóricas que acabam por naturalizar a organização espacial existente. Por meio desta lição ainda podemos refutar a concepção de espaço vazio e geométrico que muito predominou nos estudos e pesquisas na área, principalmente, da Geografia.

Os espaços urbanos não são naturais e nem sempre existiram, pois estes são produtos da criação humana, oriundos das relações sociais travadas entre os grupos em determinados modos de produção. A produção do espaço urbano segue uma lógica, é recheada de intencionalidades e interesses específicos: a lógica dos detentores do capital. A luta de classes, segundo Lefebvre, nunca esteve tão acirrada. A cidade é disputada por diversos grupos. Os desfavorecidos se organizam em associações e movimentos para reivindicar a cidade. Os detentores do capital, já organizados e consolidados, se cristalizam nos centros de decisão e, apesar das pressões sociais, continuam a dominar a cidade. (LEFEBVRE, 2001, p.5-6).

Nesse sentido, a abordagem lefebvriana segue a linha marxista de que existe uma classe dominante, que por deter os meios de produção, faz prevalecer seus interesses. Esses são atingidos por meio de estratégias previamente definidas:

Num tal processo intervêm ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital (os meios de produção) e que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com emprego de uma parte das riquezas produzidas na “cultura”, na arte, no conhecimento, na ideologia (LEFEBVRE, 2004, p. 14).

Controlando decisivamente a superestrutura, a classe dominante dissemina suas ideias e valores por toda a sociedade, fazendo com que na prática suas vontades

sejam majoritariamente atendidas. É interessante notar como interesses específicos de classes acabam se tornando ideologia na medida em que aparentam beneficiar toda a sociedade, sendo que na verdade beneficiam apenas a classe detentora dos meios de produção.

Avenidas são feitas, condomínios são construídos, prédios e estabelecimentos são erguidos: a cidade vai ganhando contornos que não surgem ao acaso: surgem para atender a interesses previamente formulados. Dessa forma, tudo o que se faz e se constrói na cidade acaba, propositalmente, beneficiando uma classe específica. Deve haver, sim, o elemento da ocasionalidade: nem tudo é “milimetricamente” pensado. Porém, na maioria das vezes, tem por consequência o favorecimento dos grupos privilegiados.

Lefebvre exemplifica como as estratégias de classes são profícuas quando nos remete sobre o fenômeno da segregação socioespacial. Esse fenômeno fragmenta a cidade de modo que se percebe nitidamente que alguns setores são mais privilegiados do que outros no que tange ao acesso de bens, serviços e equipamentos. Isso não acontece por acaso é fruto da aliança entre o poder estatal e o capital privado:

O Estado e a Empresa, como dizíamos, se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la como tal. O Estado age por cima e a empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma “sociedade”). O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (LEFEBVRE, 2001, p.95).

O processo de industrialização e urbanização é um assunto relevante tratado pelo sociólogo marxista. Esse processo é duplo, tem um caráter simultâneo. Por outro lado, Lefebvre consegue perceber que a industrialização é, em grande medida, responsável pelas transformações das cidades modernas, sendo a urbanização um efeito desse processo. Sendo assim:

Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é *indutor* e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à ‘cultura’ (LEFEBVRE, 2001, p. 3).

Para se refletir sobre a problemática urbana, há que se refletir sobre o modo de funcionamento da cidade e sua inevitável relação com o campo. Atentando-se para essa relação cidade-campo, na ótica lefebvriana, a cidade é o espaço de reprodução do capital e, por não produzir seus meios de subsistência expropria o

campo. Essa expropriação pressupõe uma interdependência, uma complementaridade entre cidade e campo de modo que a cidade é predominantemente urbana e o campo é predominantemente rural, ou seja, os modos de vida urbano e rural se misturam e se complexificam. Dentro das cidades, por exemplo, se percebem “ilhas de ruralidade” (LEFEBVRE, 2001, p.11), locais específicos que conservam um padrão eminentemente rural, mas que se adequam e fazem parte (positiva ou negativamente) das cidades.

Essa relação cidade e campo mudou e muda conforme o período histórico em questão (IBIDEM, p.68). Na atualidade, em que vigora o capitalismo industrial e financeiro, as cidades funcionam como centros políticos e econômicos que sobrepõem o campo, impondo-lhes a lógica do capital. Nesse contexto:

A vida urbana penetra na vida camponesa, despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo a às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas (IBIDEM, p.69).

Cada vez mais, segundo Lefebvre, se intensifica a oposição entre os modos de vida urbano e rural, tendo em vista que o estilo de vida rural, mesmo ainda existindo, é sobreposto pelo estilo de vida urbano. Nesse sentido, as estruturas físicas (cidade e campo) tem menos relevância do que os modos de vida nesses lugares (IBIDEM, p.69).

Outra reflexão feita pelo autor diz respeito à mercantilização dos espaços urbanos. As cidades antecedem à industrialização, as obras mais belas foram criadas antes do nascimento das indústrias. Antes do capitalismo a cidade não era palco apenas de acumulação de riquezas materiais, mas também de conhecimentos, de *obras*. Para o autor, a cidade em sua essência é uma *obra*, sendo assim a cidade deve ser apreendida como *valor de uso*. As *obras* criadas na cidade, anteriormente ao processo de industrialização, não eram feitas com o intuito de se tornarem *produtos* destinados a troca no mercado e sim para serem contempladas enquanto criação, mas com o advento da indústria a cidade se afasta de sua essência para se orientar na direção dos *produtos*, e passa a ser espaço onde prevalece o *valor de troca* (IBIDEM, p.4).

A cidade como *valor de uso* proporciona aos indivíduos a capacidade de potencializar suas virtudes, de criar *obras*. Com o capitalismo essa capacidade criadora se corrói. Para Lefebvre:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de revalorização do uso (LEFEBVRE, 2001, p. 6, grifos do autor).

Com o desenvolvimento do capitalismo há uma transformação na morfologia da cidade que perde seu caráter de *obra* e passa a se organizar a partir da lógica do capital, a partir do *valor de troca*. A vida urbana (em sua plenitude) não existe mais, ela deu lugar a um modo de vida baseado em relações racionalizadas.

Em meio ao processo de industrialização nota-se a presença de antigos núcleos urbanos considerados como pré-industriais que se “preservaram” não sem modificações, ao contrário, estas cidades também deixaram para trás o verdadeiro sentido da *obra* e passaram a utilizar de seus espaços como atrativos turísticos, configurando-se como “lugar de consumo” e “consumo do lugar”, tais núcleos se apresentam apenas de modo apagado do que realmente foram (IBIDEM, p 12).

Com o desenvolvimento do urbanismo a questão habitacional ganha destaque nos debates políticos. Lefebvre concebe o “habitar” relacionando-se com o verbo “apropriar” no sentido de “tornar familiar”. Nessa perspectiva há uma relação profunda do ser que habita com o espaço que é habitado. Para fazer tal reflexão o pensador francês se inspira na filosofia heideggeriana que caracteriza o “habitar” como sendo um traço da condição humana. Nesse contexto ainda o “habitar” é a finalidade principal do homem, sendo que o “construir” se configura como meio para se atingir tal fim (IBIDEM, p.16)

É nesse sentido que Lefebvre faz a distinção entre dois importantes termos: *habitat* e *habitar*. O termo *habitat* é utilizado pelo autor para referir-se àqueles que vivem nas cidades e que ficam à mercê de sua dinâmica ao contrário do *habitar* que permite ao ser vivenciar a cidade participando de uma vida social. O direito à moradia é reivindicado pela população, mas, no entanto, passa a ser visto na prática como sendo de responsabilidade do setor privado e não público. O direito à habitação orienta-se pela lógica capitalista do *habitat*, pensado em seu sentido funcional:

Não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: conceito do habitat levado a sua forma pura pela burocracia estatal (LEFEBVRE, 2004, p.19).

OS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVA SUÍÇA E SANTOS DRUMMOND

A partir dos ensinamentos sociológicos de Lefebvre tratados anteriormente, adquirimos um inquietante e instigante referencial teórico para compreender e elucidar a dinâmica e a problemática das cidades modernas. No caso de Montes Claros, localizada no norte de Minas Gerais, esses ensinamentos ganham contornos muito especiais. Nas décadas de 1970 e 1980 principalmente, Montes Claros passa por um rápido e forte processo de industrialização em função dos investimentos da SUDENE⁶, o que acarreta em mudanças perceptíveis na configuração socioespacial da cidade e no agravamento dos problemas sociais locais (ADENOR, 2011). Por sua localização geográfica estratégica no norte de Minas (segundo maior entroncamento do país), Montes Claros passa a atrair um fluxo muito grande de pessoas e serviços nas décadas seguintes, o que favorece seu intenso crescimento e caracterização como cidade pólo do norte de Minas Gerais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Montes Claros conta hoje com aproximadamente 361.971 habitantes, com estimativas de abarcar uma população flutuante de um milhão de pessoas (CENSO, 2010). Por isso, essa cidade é considerada, do ponto de vista sociológico, como uma cidade “intermediária”, pois se verifica uma contínua mobilidade socioespacial de pessoas, serviços e oportunidades, o que acarreta em numa multiplicidade de modos e estilos de vida.

Com o patente desenvolvimento econômico da cidade nas últimas décadas, a questão habitacional passa a compor a problemática urbana local, por isso nosso interesse em estudar tal questão. Para isso, temos o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁷ como referencial empírico de análise, tendo em vista que programas como

⁶Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste

⁷O programa Minha Casa, Minha Vida é, sem dúvida, o programa habitacional com maior destaque atualmente. Configura-se como uma política pública habitacional que tem como parceiros a Caixa Econômica Federal como agente financiador e prefeituras municipais como agentes implementadores do programa em questão. Para mais detalhes sobre o assunto, ver: BRASIL, Caixa. Saiba Mais: Programa Minha Casa Minha Vida

esse interferem decisivamente na modelagem e remodelagem dos espaços urbanos. Daí nosso interesse em ativar a teoria sociológica de Lefebvre para nos auxiliar no sentido de tomar um olhar crítico em relação a tais programas e nos efeitos que eles produzem.

No caso específico dos conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Drummond, recém construídos na cidade de Montes Claros e que contam respectivamente com 496 e 291 unidades habitacionais, várias questões surgem, principalmente depois de refletirmos sobre os ensinamentos lefebvrianos. O primeiro deles poderia se fundamentar assim: esses conjuntos, financiados pelo PMCMV, estão atendendo de fato às famílias beneficiárias no que tange ao direito à moradia, previsto na constituição? Ou será que essas famílias estão tendo acesso somente a uma casa? (TULLER, 2014).

De uma perspectiva crítica, o que se percebe é que a construção desses conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV estão dentro de uma ordem maior de reprodução do capital, pois atestam uma aliança entre o Estado e o capital privado. Por isso esses conjuntos servem menos para atender ao direito à habitação, como reza nossa constituição, e mais para atender aos interesses dos organismos privados e ávidos pelo lucro. Nesse mesmo raciocínio, os beneficiários de programas habitacionais, como o PMCMV são juridicamente aceitos pela ordem hegemônica, contraindo dívidas e se emaranhando na lógica de reprodução do capital (ALFREDO, 2014).

Ora, a demanda por habitação se configura atualmente como uma necessidade social. Nesse sentido, o poder público tem que se mobilizar para atender a essa demanda. Mas esse atendimento passa a ser feito de maneira puramente racional e técnica, sem levar em conta as peculiaridades de cada família, bem como a infraestrutura básica onde esse conjuntos serão construídos.

As consequências gerais oriundas da materialização de conjuntos habitacionais dentro desse contexto de hegemonia capitalista são, por exemplo, o aprofundamento do fenômeno da segregação socioespacial, aludido por Lefebvre como irreversível; problemas de mobilidade e planejamento urbano; processos de conflito e violência urbana relacionados às novas configurações socioespaciais.

Como resultados parciais das primeiras visitas de campo realizadas nos conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont, é importante notar a precariedade em determinados setores estruturais, como segurança, espaços de lazer e cultura, escolas e postos de saúde. Por outro lado, há ruas asfaltadas e em boas condições, com passeios adaptados para pessoas com deficiência. Mesmo assim, é patente o abandono geral por parte da gestão municipal com esses conjuntos, tendo em vista vários espaços vagos que acabam servindo de depósito de lixo. Novas configurações espaciais determinam novas redes de sociabilidade, que abarcam relações de união e amizade, mas também de conflitos, pois famílias de diferentes localidades e modos de vida passam a compartilhar um mesmo espaço (ROCHA, 2014)

Há que se salientar também que os beneficiários do referido programa não participam do processo de implementação. Nesse sentido, as casas que são construídas possuem o mesmo padrão, com características funcionais, feitas evidentemente, por especialistas nesse ramo. Apesar dessa padronização, as unidades habitacionais vão ganhando contornos específicos de acordo com os modos e estilos de vida de cada família. Caminhando pelas ruas, é perceptível a construção de puxadinhos e cômodos que vão dando um sentido de “lar” para tais unidades habitacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto procurou-se enfatizar a importância do sociólogo francês Henri Lefebvre por seu refinamento teórico bem como a profundidade de sua teoria sociológica tão relevante para um olhar mais crítico sobre a problemática urbana. As ideias transformadoras de Lefebvre atestam um tipo de Sociologia compromissada com as classes subalternas que diariamente sofrem dentro de um sistema invadido pelo capital onde os interesses das classes dirigentes prevalecem sobre o restante da sociedade.

Num segundo momento objetivamos refletir sobre os ensinamentos sociológicos do marxista tendo como base principal seu livro “O Direito à Cidade”. Neste livro o autor dá lições importantes sobre a atual configuração das cidades modernas as quais se encontram “assaltadas pelo capital” conforme o próprio autor diz, envolvidas na lógica de produção e reprodução do sistema capitalista.

Recorremos à obra lefebvriana “O Direito à Cidade”, para fazermos uma aproximação com a realidade montesclarenses dos conjuntos habitacionais Santos Dumont e Nova Suíça. Esses conjuntos são exemplos reais de como um direito garantido pela Constituição Federal, nesse caso o direito à moradia, se reduza uma “necessidade” capitalista de expansão do mercado imobiliário com a construção de mais casas, nesse sentido, para que os mais desfavorecidos possam usufruir desse direito eles precisam se submeter a um financiamento. O sonho da casa própria como é veiculado pelo programa “Minha Casa Minha Vida” se configura nessa lógica como uma ilusão, pois quem realmente se favorece dessa política habitacional não são os beneficiários do programa e sim o grande empresariado envolvido no setor imobiliário.

Através desse pequeno estudo podemos perceber quão atual e inovadora é a discussão lefebvriana sobre o espaço urbano, a qual nos possibilitou apreender a dinâmica das relações capitalistas nas cidades modernas, e seus desencadeamentos práticos nas construções dos conjuntos habitacionais Santos Drummond e Nova Suíça.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS – ADENOR. Norte de Minas Oportunidades de Negócios. Montes Claros: Adenor, 2011.

ALFREDO, Anselmo et al. Mobilidades e espaço urbano. In: Congresso em Desenvolvimento Social, 4., 2014 Montes Claros. **Programação**. Montes Claros: UNIMONTES, 2014. Mesa redonda. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/quarto/index.php/programação>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL, Caixa. Saiba mais: Programa Minha Casa Minha Vida. http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp. Acesso em: 23 fev. 2013

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. **20 anos sem Henri Lefebvre**. 35º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUbLUYhDhRw>. Acesso em: 14 de fev. 2014.

ROCHA, Romária Rodrigues et al. Minha casa minha vida: estudo sociológico sobre modos de apropriação do espaço em cidade “intermediária”. In: FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO, 8., 2014, Montes Claros. **Anais on-line**. Montes Claros: UNIMONTES, 2014. Disponível em: http://www.fepeg.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/resumo_e_xpandido_alunos_para_fepeg_104.pdf. Acesso em: 24 mar. 2015.

SOTO, William Héctor Gomes. O Pensamento Crítico de Henri Lefebvre. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano 12, n. 140, jan. 2013, p.22-28.

TULLER, Pâmela Daniele Ramos. et al. A construção social do espaço em Henri Lefebvre e Jean Rémy. In: FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO, 8., 2014, Montes Claros. **Minicursos**. Montes Claros: Unimontes, 2014. Minicurso. Disponível em: <http://www.fepeg.unimontes.br/?q=minicurso-oficina/construção-social-do-espaço-em-henri-lefebvre-e-jean-rémy>. Acesso em: 24 mar. 2015.

TULLER, Pâmela Daniele Ramos. et al. Direito à moradia/habitação (ou à casa?). In: FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO, 8., 2014, Montes Claros. **Minicursos**. Montes Claros: Unimontes, 2014. Minicurso. Disponível em: <http://www.fepeg.unimontes.br/?q=minicurso-oficina/direito-à-moradiahabitação-ou-à-casa>. Acesso em: 24 mar. 2015.